

CCJ pode retomar votação da PEC que proíbe aborto

Deputados voltam a analisar proposta que define o início da vida

Mateus Lincoln

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados deve retomar ainda nesta semana, entre hoje (26) e quarta-feira (27), a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012, que estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. A proposta pode alterar a atual legislação sobre o aborto no Brasil. A sessão será presidida pela deputada Caroline De Toni (PL-SC). A votação agora ocorrerá sob nova pressão, com reações de diferentes setores da sociedade.

A PEC 164/2012, de autoria dos ex-deputados Eduardo Cunha (RJ) e João Campos (GO), foi apresentada em 2012 e propõe que o direito à vida seja garantido desde a concepção do feto, e não do nascimento. A mudança pode restringir o aborto no Brasil, que atualmente é permitido em situações de risco para a vida da gestante, gravidez resultante de estupro e fetos com anencefalia (má-formação do cérebro).

Atualmente, a Constituição brasileira assegura o direito à vida de todos os cidadãos, mas não define o momento exato em que esse direito começa. Se a PEC for aprovada, ela poderá tornar mais rígidas as condições para o aborto, proibindo-o inclusive nas circunstâncias em que é atualmente autorizado. Caso isso aconteça, a alteração afetará diretamente a legislação que já permite a interrupção da gestação nos três casos previstos.

Em suas redes sociais, a deputada Carol De Toni abordou o tema. "A PEC é a nossa defesa implacável da dignidade huma-



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Para alguns, a PEC é um retrocesso, enquanto para outros é a defesa da vida

na desde a concepção. Nossa missão é garantir que a agenda da morte não avance no Brasil. O direito à vida é irrefutável e está consagrado na Constituição Federal. Não permitiremos que a esquerda continue relativizando a vida no ventre materno", destacou a parlamentar no X (antigo Twitter). Uma das metas da deputada é aprovar a matéria até o fim de seu mandato na principal comissão da Câmara, que deve durar até o fim do ano.

Ainda na rede social, ao celebrar o ano na presidência da CCJ, De Toni compartilhou um trecho de uma matéria da CNN que anuncia a votação e apresenta uma análise da presidência da CCJ. "Se a grande mídia está assustada é porque estamos no caminho certo", destacou no vídeo enviado no X.

No último dia 13 de novembro, a Comissão de Constituição e Justiça adiou a análise

da PEC após a solicitação de alguns deputados que pediram vista, ou seja, mais tempo para examinar o texto. Caso a proposta avance, a CCJ avalia apenas a conformidade da PEC com a Constituição, enquanto o mérito da mudança será debatido em uma comissão especial.

Repercussão

Propostas como a PEC 164, que abordam a interrupção da gestação, tendem a ser polêmicas no Congresso. Em junho, por exemplo, foi aprovada urgência para o Projeto de Lei 1904/24, que prevê que a pena para a interrupção da gestação acima de 22 semanas seja equiparada à de homicídio, com pena de até 20 anos de prisão. A proposta gerou forte reação de setores da sociedade, principalmente entre parlamentares ligados ao feminismo.

Na época, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF)

demonstrou, em plenário e nas redes sociais, visível rejeição ao projeto. "Nós não estamos aqui discutindo nada além do que já está previsto em lei. Essa proposta de emenda constitucional (...) impede que nós tenhamos pesquisas de células-tronco, que tenhamos fertilização in vitro, que tenhamos, por exemplo, congelamento de óvulos. Eles dizem que 'não! Danem-se as mulheres! Se a mulher morrer, se continuar uma gravidez, que morra a mulher', é isto que eles estão dizendo aqui", afirmou a Kokay em vídeo compartilhado no Instagram.

Apesar da urgência aprovada, a votação do projeto não avançou, e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a criação de uma comissão especial para debater o tema. A PEC segue sendo um ponto de divisão no Congresso, com apoio e oposição de diferentes grupos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Documento da defesa mudou fala sobre Boulos

Boulos quer mudar erro de defesa de Tarcísio

Advogado de Guilherme Boulos (PsoL-SP), Francisco Almeida Prado Filho disse que vai levar à Justiça o erro de transcrição cometido pela defesa do governador Tarcísio de Freitas em documento entregue à 1ª Zona Eleitoral de São Paulo.

Segundo ele, o fato é relevante e precisa ser corrigido. Boulos, candidato derrotado à prefeitura paulistana, processa

Tarcísio por abuso de poder político na eleição.

Como o Correio Bastidores revelou ontem, houve uma alteração em frase dita por Tarcísio no dia do segundo turno. Ele interrompeu uma repórter que falava de uma suposta interferência do PCC na eleição de Santos (SP) para dizer que o mesmo tinha ocorrido na capital: "Disseram que era pra votar no outro (Boulos)".

Iniciativa

No documento entregue à Justiça, os advogados de Tarcísio informaram que a frase foi: "Disseram que não era para estar votando hoje". A mudança omite que o governador tomou a iniciativa de tocar no assunto da suposta ordem do PCC para que Boulos fosse votado.

Defesa mantém

Um dos advogados contratados por Tarcísio, Marcelo Toledo classificou a mudança de erro na transcrição, até porque, frisou, todos sabem o que foi dito. Segundo ele, não há necessidade de correção e que o fato não altera o teor da defesa e a tese que será lançada.

Geraldo Magela/Agência Senado



Senador monitorou passos de suspeito no exterior

A tabelinha de Carlos Portinho com John Textor

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirmou que fez uma tabelinha com John Textor, dono do futebol do Botafogo, para viabilizar a prisão, em Dubai, do empresário William Rogatto, o "Rei do Rebaixamento". Em depoimento dado por vídeo, do exterior, à CPI que apura fraudes em resultados, ele admitiu que atuou para subornar atle-

tas e árbitros.

Portinho disse ter usado contatos no meio do futebol (advogado, já defendeu vários clubes) para monitorar Rogatto, que saiu da Espanha em direção aos Emirados Árabes Unidos. Textor também atuou para descobrir os caminhos do suspeito, que tem três mandados de prisão.

Alerta vermelho

O senador contou que acionou a Polícia Federal e pessoas em Dubai — não revelou detalhes destes contatos — assim que soube da viagem de Rogatto. Agora, aguarda sua extradição, que já foi pedida pela PF, para negociar um acordo de delação premiada.

De volta

Passada a eleição municipal, o ex-deputado André Ceciliano (PT-RJ) reassumirá o cargo de secretário de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais do governo federal. Ele é um petista que tem bom trânsito com partidos conservadores.

Boi na linha

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) quer mesmo fazer barulho para protestar contra a decisão da rede Carrefour de não comprar, para suas lojas francesas, carnes de países do Mercosul. Hoje, ele participará de almoço com a Frente Parlamentar da Agropecuária.

A vaca e o brejo

A França compra apenas 1% das carnes exportadas pelo Brasil para a União Europeia, mas há o medo de o boicote se alastrar — seria justificado como retaliação ambiental. Daí a lembrança do projeto de lei de Tião Medeiros (PP-PR) que restringe acordos internacionais.

Senado: CCJ termina a discussão sobre tributária nesta semana

Por Gabriela Gallo

Seguindo o cronograma aprovado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal terminará as audiências para tratar o primeiro texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024) nesta quarta-feira (27). A proposta é que a comissão finalize as discussões acerca do tema e feche o relatório final do tema, elaborado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), ainda nesta semana. Após as audiências, o relator entregará o relatório final para a votação na CCJ, presidida pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e se aprovada seguirá para votação no plenário da Casa.

A tendência é que o tema seja pautado no plenário do Senado já na próxima semana. Dessa forma, a medida cumprirá a previsão do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em aprovar o PLP 68 no início de dezembro. Como o texto deve passar por alterações, o texto retornará para a Câmara dos Deputados.

Inicialmente estavam previstas 11 audiências públicas para debater o tema, mas o relator achou necessário ampliá-las para 13, atendendo pedidos. "As reuniões têm abordado os impactos da Reforma [Tributária] em áreas como saúde, regimes financeiros, setor imobiliário, infraestrutura e, especialmente, na Zona Franca de Manaus e nas Áreas de



Pedro França/Agência Senado

CCJ debate Imposto Seletivo, Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e regras de transição, fiscalização e avaliação quinquenal

Livre Comércio. Esses debates são essenciais para garantir que princípios como simplificação, segurança jurídica, transparência e neutralidade na carga tributária sejam mantidos na implementação do novo modelo tributário", declarou Eduardo Braga em suas redes sociais.

Imposto Seletivo

Nesta segunda-feira (25), os membros da CCJ debateram sobre o Imposto Seletivo (IS) e o desestímulo a produtos e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, que são a proposta do imposto.

Na audiência, o tema apresentou divergências entre os convidados e parlamentares presentes. Enquanto especialistas e representantes de grupos em favor de políticas públicas defenderam o Imposto Seletivo, pelo desestímulo ao consumo de produtos danosos à saúde e

ao meio ambiente, representantes dos setores onerados se opuseram ao tributo, questionando seus critérios, e alegaram que o objetivo é apenas o de aumentar a arrecadação.

Produtos como tabaco, bebidas alcoólicas, armas, apostas on-line, alimentos ultraprocessados e minérios estiveram na berlinda.

Além dos produtos, também foi discutida a necessidade de mecanismos adequados de correção das alíquotas ad rem, aquelas com base em quantidade específica por unidade de medida. O representante da Comissão de Reforma Tributária da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Marcos Aurélio Valadão, solicitou a volta da menção ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador das alíquotas ad rem, que havia sido incluída

pelo governo, mas foi retirada durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados.

"A ausência desse índice gera insegurança jurídica e gera incerteza nas políticas de controle desses produtos para a saúde", defendeu.

Próximas sessões

Nesta terça-feira (26), os parlamentares e demais convidados debaterão sobre o impacto das mudanças proposta pela reforma no desenvolvimento regional. Já na quarta-feira, última audiência prevista para acontecer às 14h30, os membros da comissão debaterão sobre a "transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluída a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços".